TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0020977-22.2023.6.05.8000
INTERESSADO : ELMA TEIXEIRA DA SILVA SANTOS
ASSUNTO : Cursos da Plataforma ALURA

PARECER nº 593 / 2023 - PRE/DG/ASJUR1

1. Chegam a essa Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos os presentes autos para análise da proposta formulada pela Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento de Servidores concernente à contratação corporativa da empresa AOVIS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A. para a disponibilização de cursos EAD, online, pelo período 12 meses (de 15.12.2023 a 14.12.2024), aos servidores lotados na STI, ASCOM, ASSGSI e ASCER, num total de 31 (trinta e uma) licenças, ao custo individual de R\$ 1.275,00 (mil duzentos e setenta e cinco reais) e total de R\$ 39.525,00 (trinta e nove mil quinhentos e vinte e cinco reais).

2. A justificativa apresentada para a realização do evento foi assim registrada nos autos (doc. nº 2587539):

A presente contratação tem como finalidade atender à crescente necessidade de treinamentos técnicos e gerenciais necessários à capacitação dos servidores deste Tribunal, possibilitando a redução de custos com as capacitações, otimização do tempo gasto pelos servidores com participação em cursos, personalização das ações de treinamento de forma a conciliar as demandas da informática e o perfil de atuação de cada servidor, de acordo com sua especialidade, além de suprir as necessidades de capacitação previstas no Plano de Capacitação Anual.

Além disso, os cursos oferecidos na plataforma da empresa contribuem para o conhecimento das melhores práticas de gerenciamentos de serviços de TI, por intermédio do estudo de um modelo operacional de ponta a ponta para a criação, entrega e melhoria contínua dos serviços habilitados para a tecnologia da informação. Cabe ressaltar, ainda, que a busca pela transformação digital, por meio de serviços e soluções digitais inovadoras que impulsionem a evolução tecnológica do Tribunal, requer a capacitação contínua das equipes da área de TI deste Regional, o que é, inclusive, essencial para segurança do parque tecnológico deste Tribunal.

Quanto a Secretaria de Planejamento de Estratégia, Inovação e de

Eleições, os treinamentos oferecidos são fundamentais para o aperfeiçoamento e atualização contínua da equipe, já que é de sua competência, nos termos da Resolução Administrativa nº 26/2022, artigo 37, *planejar, gerir, propor e normatizar atividade relativa ao planejamento de eleições oficiais e de planejamento estratégico institucional, incluindo o gerenciamento de projetos, a otimização de processos e o acompanhamento de dados estatísticos, além de fomentar a inovação*. A plataforma oferece inúmeros cursos voltados para esta temática e tantas outras.

3. Restou consignado nos autos que a empresa que ministrará a capacitação é a AOVS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A., por meio da Alura para Empresas, multiplataforma *online* que possui em seu catálogo mais de 1300 cursos disponíveis (contemplando a constante atualização dos cursos existentes e a disponibilização semanal de novos cursos), sendo reconhecida na comunidade como detentora de conhecimentos especializados (*know how*) na matéria objeto da contratação.

4. O processo foi instruído com os seguintes documentos: a) tabela de relação de cursos (doc. nº 2571398); b) extratos de inexigibilidade de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos (doc. n.º 2587548); c) atestados de capacidade técnica da empresa (doc. n.º 2587552); d) Certidões relativas às regularidades fiscal e trabalhista, certidão negativa do cadastro de empresas inidôneas e suspensas e certidão negativa do cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade e declaração de inexistência de impedimento para contratar com a Administração Pública (doc. nº 2587554) e e) Proposta (doc. nº 2596689).

4.2.1. Anteriormente à formalização do ajuste, deverá ser verificada a regularidade da empresa quanto à Receita Municipal, por meio da juntada da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Municipais, tendo em vista que a mesma deixou de ser acostada aos autos.

5. Quanto ao Termo de Referência, deverão ser promovidos os seguintes ajustes (doc. nº 2587541):

5.1. No tópico 4, cumpre substituir o trecho “capacitação dos servidores da área de” por “capacitação dos servidores deste Tribunal”.

5.2. Quanto ao tópico 8, considerando que a data indicada para o início dos acessos encontra-se ultrapassada, recomendamos o ajuste da mesma e, conseqüentemente, do período como um todo.

5.3. Os tópicos 8 e 9 devem ser compatibilizados, devendo a vigência observar lapso superior ao prazo de execução, a fim de abarcar eventuais providências necessárias após a referida data, suportando, inclusive, eventuais atrasos no início da execução. A propósito, considerando a data em que nos encontramos (18.12.2023), supomos que a execução do ajuste deverá ser postergada para o ano vindouro.

5.4. Cabe a exclusão da alínea “m” do tópico 15.

5.5. De referência ao tópico 17, b, cumpre ajustar o quantitativo de acessos para constar “31 (trinta e um) acessos”.

6. A fim de demonstrar a compatibilidade do preço ora cobrado, a unidade juntou extratos de contrato de outros órgãos em favor da empresa que ora se pretende contratar (AOVS), concernente a treinamentos similares, com valor compatível ao que

ora é cobrado (R\$ 1.275,00), restando, a nosso ver, atendido o quanto exigido no art. 72, VII, da Lei n.º 14.133/2021 (doc. n.º 2587548).

7. Dessa forma, julgamos que a inviabilidade de competição autoriza a contratação direta, pelo que opinamos pela possibilidade do ajuste com base no art. 74, *caput*, da Lei 14.133/2021, desde que comprovada a regularidade referida nos itens 4.2 e 4.2.1 acima.

8. Por fim, através do doc. n.º 2594526, foi informada a disponibilidade orçamentária para custear a presente despesa.

É o parecer.

Documento assinado eletronicamente por **Tereza Raquel Ferreira Alves, Técnico Judiciário**, em 18/12/2023, às 13:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.treba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2607977** e o código CRC **EB6B187B**.